

OVA – VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL:RMO - 2022

Devem ser descritos os objetivos e as políticas de gerenciamento de riscos, conforme disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, com destaque para:		
(a)	<p>A interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição, e entre esse perfil e o nível de apetite por risco estabelecido pelo CA. A descrição deve englobar os principais riscos relacionados ao modelo de negócios.</p>	<p>O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e a estrutura de gerenciamento contínuo de capital implantado no Conglomerado do Société Générale Brasil ("CSGB"), consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e mitigar todos os riscos associados às atividades de negócios, através de uma abordagem proativa sobre todas as operações de maneira consistente, alinhada com os objetivos comerciais e estratégicos do Grupo. A Diretoria Executiva do CSGB estabeleceu que os seguintes tipos de riscos estão diretamente associados às suas atividades de negócios, cuja exposição � monitorada mensalmente de acordo com os limites e parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS -Risk Appetite Statement): -Risco de Crédito Risco de perdas decorrentes da incapacidade dos clientes, dos emissores ou de outras contrapartes do CSGB de atender aos seus compromissos financeiros. - Risco de Mercado Risco de queda no valor dos instrumentos financeiros decorrente de mudanças nos parâmetros do mercado (incluindo variações nas taxas de juros ou de câmbio), na volatilidade desses parâmetros e das correlações entre eles. - Risco de Liquidez Risco decorrente da incapacidade de atender às obrigações de caixa ou requisitos colaterais � medida que surgem e a um custo razoável. - Risco Operacional Risco de perdas ou sanções devidas especialmente às falhas em procedimentos ou sistemas internos, erros humanos ou ocorrências externas. - Risco de Conformidade Risco de sanção legal, administrativa ou disciplinar, perda financeira relevante ou danos � reputação decorrentes do descumprimento das leis, regulamentos ou disposições que governam as atividades do CSGB. - Risco Jurídico Risco de perda financeira relevante ou de danos � reputação decorrentes de processos judiciais, medidas de execução, reivindicações contratuais ou decisões desfavoráveis contra o SG Brasil. - Risco � Reputação Riscos decorrentes da percepção negativa de clientes, de contrapartes, de acionistas, de investidores ou de reguladores, os quais podem afetar desfavoravelmente a capacidade do CSGB de manter, ou estabelecer relações de negócios ou seu acesso às fontes de financiamento. - Risco Social, Ambiental e Climático , vinculados às possíveis consequências negativas para um negócio e que resulta de seus impactos (ou impactos percebidos) sobre o meio ambiente (ou seja, ar, água, solo), sobre as comunidades de pessoas (por ex., funcionários, clientes, residentes locais) e ocorrência de perdas associadas a mudanças em padrões climáticos (risco climático físico) e/ou associadas ao processo de transição para uma economia de baixo carbono (risco climático de transição). O ERM (Enterprise Risk Management) atua de forma independente das funções de suporte e das linhas de negócios, e � responsável por estabelecer um programa de identificação, monitoramento e gerenciamento de riscos em todo o CSGB. Este processo permite a identificação proativa das exposições aos riscos mais significantes, incluindo os riscos emergentes que podem designar um novo tipo de risco inerente � uma determinada atividade. Como parte da revisão anual desta Política, o CSGB pode alterar os tipos de risco para assegurar uma cobertura extensiva e efetiva sobre o nível de exposição de suas atividades.</p>
(b)	<p>Governança do gerenciamento de riscos: responsabilidades atribuídas ao pessoal da instituição em seus diversos níveis (formas de controle, delegação de autoridade, divisão de responsabilidades por tipo de risco e por unidade de negócio, entre outros), e o relacionamento entre as instâncias de governança (CA, diretoria, comit�s de assessoramento do CA, unidades responsáveis pela função de conformidade e pelo gerenciamento de riscos, auditoria interna, entre outros).</p>	<p>O CSGB opera dentro de uma estrutura organizacional que permite identificar e gerenciar efetivamente os riscos através do estabelecimento de responsabilidades claras para funcionários e para a Diretoria, incluindo uma supervisão por parte dos cargos de gerenciamento de riscos independentes. O CSGB está organizado no modelo das três linhas de defesa, com responsabilidades bem definidas e segregadas, seguindo as diretrizes internas, as regulações locais e as melhores práticas do mercado. Primeira linha de defesa (1LOD) – composta pelos colaboradores que realizam atividades que envolvem a tomada de riscos de qualquer natureza (legal, financeiro, regulatório, operacional, imagem e reputação, etc.): originação e negociação (linhas de negócios), funções de suporte incluindo TI, que possuem propriedade e responsabilidade por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, gerenciar, controlar e mitigar os riscos. Os controles operacionais são implantados para assegurar a segreg���o das funções nos vários níveis de atuação. • Segunda linha de defesa (2LOD) – atua de forma independente sobre o gerenciamento dos riscos realizado pela 1�. linha de defesa e � subordinada ao Diretor de Riscos ("CRO"). Possui como principal responsabilidade implantar procedimentos, processos e controles necessários para mitigação dos riscos. A segunda linha leva a articulação do apetite ao risco através de todas as áreas de extensão relevantes monitora e relata a aderência da primeira linha ao apetite ao risco e limites estabelecidos. O Diretor de Riscos ("CRO") � responsável por definir e executar a abordagem do CSGB ao gerenciamento dos riscos e pela supervisão independente da segunda linha de defesa através da identificação, mensuração, monitoramento, avaliação, controle e relato de riscos agregados gerados</p>

		na busca dos objetivos comerciais e estratégicos do CSGB. Como forma de apoio a estas atividades, o Diretor de Riscos ("CRO") assegura o desenvolvimento e a implementação da estrutura de gerenciamento de riscos e processos, políticas, normas, procedimentos, recursos e controles de apoio relevantes. • Terceira linha de defesa – ("terceira linha" ou "3LOD") – auditoria interna do CSGB, que supervisiona de forma independente as atividades realizadas pela 1ª. e 2ª. linhas de defesa e avalia a efetividade dos processos e controles internos implantados para gerenciamento dos riscos. O Gerenciamento Integrado dos Riscos do SG Brasil é subordinado a governança regional (ERM/AME - Enterprise Risk Management).
(c)	Canais de disseminação da cultura de riscos na instituição (código de conduta, manuais, processos de comunicação de riscos, entre outros).	Um componente-chave da Estrutura de Gerenciamento de Riscos do CSGB é ter uma forte cultura de risco estabelecida por meio da adesão ao Código de Cultura e Conduta e construída com base nos valores fundamentais que permitem ao Grupo atender os clientes de forma ética e responsável. A cultura de risco é mantida na organização por meio de um tom consistente vindo da alta gerência, responsabilidade de todos os colaboradores, medidas disciplinares, promoção e práticas de remuneração que garante que todos os colaboradores entendam a abordagem do gerenciamento dos riscos e incorporem essa abordagem em seu comportamento cotidiano. As atitudes dos colaboradores, os negócios e os processos de suporte devem cumprir com o Programa de Cultura e Conduta a nível regional e global. Este Programa incorpora os valores de comportamento e conduta éticos e compatíveis com as atividades diárias, para permitir a realização dos negócios e atividades de suporte de maneira segura e responsável. O Programa está estruturado para abordar os principais elementos da cultura de risco, a saber: abordagem "top/down", responsabilidade, comunicação eficaz, desafio, gerenciamento de desempenho e compensação de incentivo. Além disso, todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre gerenciamento dos riscos ("Starting"), para entendimento dos papéis e responsabilidades nos seus respectivos níveis de atuação. Treinamentos online também são disponibilizados regularmente para reforçar os principais conceitos e boas práticas no gerenciamento dos riscos durante a realização das atividades diárias. Todas as diretrizes e processos relacionados ao gerenciamento dos riscos estão descritas nas Políticas e Procedimentos Internos, disponíveis na synapses de Normas e Procedimentos gerenciada por Compliance.
(d)	Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos.	Os indicadores de todos os tipos de riscos associados às atividades de negócios do CSGB são produzidos pela 1a. linha de defesa e enviados para a área de ERM (Enterprise Risk Management), para consolidação e monitoramento dos limites e patamares definidos na RAS. Os processos de mensuração dos riscos estão estabelecidos nas Políticas e Procedimentos Internos correspondentes a cada tipo de risco, seguindo as diretrizes globais e regionais do SG, e os requerimentos regulatórios específicos.
(e)	Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria.	Todos os indicadores de riscos são apresentados para a Diretoria mensalmente, durante a realização dos Comitês regulatórios, que inclui o resultado do monitoramento dos níveis de apetite a cada tipo de risco definidos na RAS Brasil. Dependendo do nível de exposição aos riscos, ou seja, quaisquer violações aos limites/patamares definidos na RAS, planos de ação específicos poderão ser definidos para o reequilíbrio dos riscos aos níveis aceitáveis pela Instituição. Este processo visa assegurar a aderência à regulamentação sobre o nível de informação e supervisão adequados ao gerenciamento integrado dos riscos, incluindo os Princípios de Agregação Efetiva de Dados de Risco e Relato de Risco do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia. O monitoramento da RAS Brasil também é apresentado nos Comitês regionais (ERC - Enterprise Risk Committee), realizados trimestralmente.
(f)	Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse (portfólios considerados, cenários adotados, metodologias utilizadas e uso dos resultados no gerenciamento de riscos).	Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse (portfólios considerados, cenários adotados, metodologias utilizadas e uso dos resultados no gerenciamento de riscos). O Teste de Estresse é um exercício utilizado para conduzir uma avaliação prospectiva do impacto de vários eventos adversos, tanto de uma perspectiva regulatória quanto de uma perspectiva de negócios. O CSGB realiza três tipos de testes de estresse: testes de estresse ad-hoc, regulatório e testes específicos de estresse: • Testes de Stress Ad Hoc são realizados para testar o impacto de cenários específicos no todo ou em parte do PnL da CSGB; • Testes de Estresse Específicos têm como objetivo identificar e avaliar o impacto de fatores de risco aplicados a atividades ou portfólios específicos; são particularmente usados para determinar limites aplicáveis a certas atividades; • Os testes de estresse regulatórios são relacionados a liquidez, crédito e capital, e podem incluir cenários adicionais e específicos, conforme a necessidade. Estes testes são realizados anualmente e estão descritos na RAS e nas Políticas específicas de gestão dos riscos correspondentes.
(g)	Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade.	Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade. A identificação e a avaliação dos riscos são conduzidos pelas 3 linhas de defesa através de processos internos e periódicos para avaliação das atividades e processos e o nível de exposição aos riscos, tais como : RCSA (Auto-avaliação de Riscos e Controle), RA (Análise dos Riscos), realizado por Compliance, NPC (Comitê de Novos Produtos), para identificação, mensuração e análise dos riscos associados à implantação de novos produtos ou alterações nos produtos existentes, e revisões periódicas realizadas pela Auditoria

		<p>Interna e Externa. O CSGB também possui um Programa de Supervisão Permanente, constituído por uma série de controles internos estabelecidos para assegurar que os riscos relacionados às atividades e processos realizados pela 1ª. linha de defesa sejam mitigados de forma efetiva. Os controles são declarados periodicamente em um sistema global denominado GPS (Global Permanent Supervision). Os processos relacionados ao sistema de Controles Internos está descrito no Relatório Anual de Controles Internos, em cumprimento a Res. CMN 4.968/21.</p>
(h)	<p>Breve descrição do gerenciamento de capital, incluindo a avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas da instituição.</p>	<p>O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE, com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital; O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente, a fim de manter o Capital sob controle e dentro dos limites regulatórios aceitáveis.</p>